

FÉ E POLÍTICA NO DECORRER DA HISTÓRIA DA IGREJA*

*Jean Marie Van Damme***

Se cada um se contentasse com o necessário e deixasse aos indigentes o que não precisa, então não haverá nem ricos, nem pobres [...]. Quem despoja um homem de eu vestido é um ladrão, merece, talvez, outro nome quem não ajuda um homem nu a se vestir? O pão que tu guardas para ti sem necessitar dele pertence ao faminto. A capa que tu tens em teu guarda-roupa deve ser apara o esfarrapado. Os sapatos que não usas devem ser para quem está descalço, assim como o dinheiro que tens enterrado deve ser dado ao necessitado. Tu cometes tantas injustiças quantas são as pessoas a quem evitas dar o que podes partilhar com eles.¹

RESUMO

Uma instituição como a Igreja Católica pode se permitir de ficar alheio àquilo que acontece no campo da política? A partir de uma sucinta e superficial análise histórica, descobrimos que em nenhum momento a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana-ICAR foi a-política. Ou confrontando-se ou alinhando-se aos projetos e interesses dos detentores do poder sobre a sociedade, a Igreja sempre se envolveu com temas direcionados à organização da sociedade. É esta tese que o artigo pretende demonstrar, para em seguida nos alertar de escolher, nos mesmos, posições sócio-políticas proféticas em defesa da Vida e dos Excluídos.

Palavras - Chave: Fé. Política. Igreja Católica.

* Este texto foi preparado para a IV Semana Teológica organizada pelo IESMA (Instituto de Estudos Superiores do Maranhão), realizada nos dias 16 a 20 de outubro de 2006.

** Mestre em Ciências Éticas e religiosas pela Universidade Católica de Lovaina (KUL-Bélgica); Bacharel em Teologia (KUL), Bacharel em Filosofia (KUL), Especialista em Educação de Jovens e Adultos (UFMA); educador popular da Associação de Saúde da Periferia do Maranhão - ASP-MA e professor do IESMA.

¹ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo: 2000 anos de caminhada.** 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 80.

1 INTRODUÇÃO

As relações políticas da Igreja e seu envolvimento com a política no decorrer da sua história, são temas até hoje ainda pouco explorados. O que mais escutamos é que fé e política nada têm a ver uma com a outra e que a instituição Igreja deve manter-se distante da política. A Igreja deve respeitar a autonomia dos poderes temporais e mover-se exclusivamente no terreno do "espiritual". A religião, ouve-se muito comentar, é para preparar-nos para uma outra vida após a nossa morte.

Observando a história concreta desta imponente estrutura religiosa que é a Igreja Católica, percebemos no entanto que ela teve um papel político fundamental na consolidação da cultura dominante e que a todo momento da sua história, desde os seus primórdios, ela figura, junto aos demais atores sociais, como interlocutora ativa sobre a organização das sociedades humanas nas quais se insere.

A falta de uma reflexão sistemática sobre este tema, muitas vezes até sua recusa, torna o trabalho que iremos tentar fazer hoje um pouco espinhoso. Nas últimas décadas, depois do Concílio Vaticano II e das conferências episcopais que o sucederam na América Latina, 'fé e política' e 'Igreja e a política' apresentam-se como assuntos empolgantes freqüentemente abordados. Ampliou-se a discussão sobre a presença eclesial na sociedade econômica e política da atualidade. Uma vasta literatura sobre estes assuntos já está disponível. Ao procurar por análises sobre as relações políticas da Igreja ao longo dos quase dois milênios da sua existência, nos deparamos com um campo da investigação histórica que ainda apresenta muitas lacunas e poucas sistematizações, especialmente na língua portuguesa, porém não somente nela.

Ao iniciar uma reflexão sobre a atuação da Igreja na política ou sobre o relacionamento dela com a política no

decorrer da sua existência histórica, é preciso convencer-nos da complexidade da empreitada. No espaço de uma conferência ou de um artigo é possível apenas levantar algumas hipóteses e emitir conclusões muito provisórias e genéricas. A Igreja, durante toda a sua existência, assumiu posturas diferenciadas em relação ao mundo envolvente - em alguns momentos de rejeição - ou manteve algum tipo de relacionamento com a "ordem temporal", com os poderes constituídos. Relatar esta complexa história, embora de grande importância para a compreensão de realidades eclesiais atuais, demanda análises e investigação que não tivemos possibilidade de fazer no exíguo tempo do qual dispomos para preparar este ensaio.

A complexidade do assunto se deve a diversos aspectos. Em primeiro lugar, porque os conceitos básicos em jogo, como todos os conceitos, passaram por mutações no decorrer do tempo. Conceitos são muito menos unívocos do que possamos imaginar a primeira vista. Como conceitos principais que necessitariam de explicitação e precisão poderíamos citar: fé, política, poder, autoridade, sociedade, Igreja. O que significa mesmo esta 'fé' que se articula com a política? De que política estamos falando? O que é 'poder' e que entendemos por 'autoridade'? Qual a nossa compreensão de sociedade e que noção temos de 'Igreja'? Nos limitaremos apenas a explicitar três destes termos: política, fé e Igreja, por estarem centrais na nossa argumentação. Em segundo lugar, a complexidade se deve à diversidade de situações políticas e sociais que provocavam um posicionamento por parte da Igreja. A sociedade passa por constantes evoluções e no seu interior ocorrem inúmeros conflitos. Culturas e nações se chocam, classes sociais e grupos humanos com interesses diversificados se confrontam. E no meio deste turbilhão de acontecimentos, os cristãos e a Igreja se movem e são compelidos e provocados a tomarem parte e a se pronunciarem. Nem sempre eles conseguem acompanhar ou compreender o

que está acontecendo e as mudanças e transformações em curso. Acabam adotando posturas posteriormente identificadas como equivocadas. Isso nos remete à terceira razão da complexidade do tema. Durante os quase dois mil anos da sua história, as posturas e posições políticas nem sempre foram claras, idênticas, semelhantes. A própria Igreja não aparece como bloco coeso, embora ela queira se apresentar como tal. Em todos os momentos do seu passado, interesses, perspectivas, teologias, opções por demais diversificadas estão representadas nela. Reduzir simplesmente a relação política da Igreja ao seu estrato hierárquico ou a determinados grupos de cristãos, é simplificar a realidade e não ajuda a entender o que está acontecendo hoje.

Por fim, fica cada vez mais patente de que toda atitude, toda palavra pronunciada, toda doutrina ensinada, incluem posicionamentos que rebatem na sociedade e na sua organização. Portanto, por mais a-política que se queira ser, por mais explicitamente alguém possa afirmar nada ter a ver com aquilo que acontece na sociedade e na sua organização, esta postura por si só já encerra um posicionamento político, seja ela de pretender influenciar aos demais de assumir atitude igual de negligência ou de comodismo, ou ainda de contrapor uma proposta individual própria, isolada a respeito de como a sociedade poderia ou deveria se organizar ou as pessoas se comportarem. Da política, ninguém escapa.

2 OS CONCEITOS

a) Política

Torna-se necessário explicitar melhor o que entendemos por política. O conteúdo deste conceito, como de todos os conceitos, mudou ao longo da história e não será possível fazer uma retrospectiva completa da sua evolução neste momento. Por isso nos limitamos a uma rápida descrição de como utilizaremos o termo no bojo deste artigo, conscientes de que ele é no mínimo polêmico e passível de muita discussão.

Algumas significações nos são oferecidas pelo Dicionário Aurélio, que entre as definições dadas à palavra "política" coloca: sistema de regras respeitantes à direção dos negócios públicos; arte de bem governar os povos; posição ideológica a respeito dos fins do Estado; disputa de cargos; habilidade no trato das relações humanas. Acrescentamos que hoje se costuma fazer distinção entre política e politicagem, ou ainda entre política partidária, políticas públicas, política sindical, política eclesial, etc.

Preferimos neste texto propor um entendimento próprio. Compreendemos política como o exercício da influência, direta ou indireta, sobre os rumos da organização e os destinos da vida em sociedade. Utilizamos o termo portanto numa compreensão ampla e genérica. Evita-se com esta expressão limitar a política à ação de governantes; vai além de um simples sistema de regras; evita reduzir esta ação à disputa pelo poder oficializado, hoje partidário; inclui dentro do vasto leque de relações os pleitos por maior participação popular na atividade gestora e gerenciadora da sociedade.

b) Fé

Novamente recorrendo ao dicionário, aprendemos que fé significaria, entre outros: crença religiosa; conjunto de

dogmas e doutrinas que constituem um culto; adesão pessoal a Deus; confiança; presunção legal de veracidade ou autenticidade de um ato ou acontecimento.

Nossa cultura racionalista limita a compreensão deste conceito ao espaço da cabeça: fé é acreditar em alguma coisa que por outros meios não temos condições de verificar. Assim, fundamental para a nossa fé são os testemunhos. Acredito porque alguém me falou e isso me motiva a aceitar como verdadeiro o dito.

Gostaria de alargar também o conteúdo deste termo a partir da carta de Tiago (2, 14 ss).

"Meus irmãos, se alguém diz que tem fé, mas não tem obras, que adianta isso? Por acaso a fé poderá salvá-lo? Por exemplo: um irmão ou irmã não têm o que vestir e lhes falta o pão de cada dia. Então alguém de vocês diz para eles: "Vão em paz, se aqueçam e comam bastante"; no entanto, não lhes dá o necessário para o corpo. Que adianta isso? Assim também é a fé: sem as obras, ela está completamente morta. Alguém poderia dizer ainda: "Você tem a fé, e eu tenho as obras. Pois bem! Mostre-me a sua fé sem as obras, e eu, com as minhas obras, lhe mostrarei a minha fé." Você acredita que existe um só Deus? Muito bem! Só que os demônios também acreditam, e tremem! Insensato, quer ver como a fé sem as obras não tem valor? Quando nosso pai Abraão ofereceu o filho Isaac sobre o altar, não foi pelas obras que ele se tornou justo? Vocês podem perceber que a fé cooperou com as obras dele, e que pelas obras essa fé se tornou perfeita. E assim se cumpriu a Escritura que diz: "Abraão acreditou em Deus, e isso lhe foi creditado como justiça." E Abraão foi chamado amigo de Deus. Como vocês estão vendo, o homem é justificado pelas obras, e não somente pela fé. Do mesmo modo, a prostituta Raab: ao dar hospitalidade aos mensageiros e ao fazê-los voltar por outro caminho, não foi ela justificada pelas suas obras? De fato, do mesmo modo que o corpo sem o espírito é cadáver, assim também a fé: sem as obras ela é cadáver.²

²La Bíblia en CD-ROM

Acreditar não é apenas uma coisa da cabeça, mas é ação. O que adianta dizer que a fé pode nos salvar, se não agimos? Fé sem as obras é morta. A ação é parte integrante da fé. Se acreditarmos que o Reino de Deus se fará presente com sua justiça, a ação do crente será necessariamente articulada com a busca desta justiça. Esta ação não se situa apenas no culto, na catequese, na pregação mas na sua intervenção na vida social e política.

Ao tratarmos de fé e política na história, portanto, não podemos nos limitar ao relato das querelas dogmáticas ou definições doutrinárias. São estas talvez que menos contribuem para compreender o que é a Igreja e qual sua postura política da fé e no decorrer da sua história.

c) Igreja

Pode parecer estranho nossa preocupação em explicitar o conceito de Igreja. Ela brota do fato de que nesta análise não nos servem as especulações teológico-doutrinárias ou definições disciplinares. Para nossa reflexão optamos por compreender a Igreja como uma realidade sociológica que se depara com outras sociedades organizadas em disputa por espaço para alcançar seus objetivos e buscar suas finalidades. No seio desta sociedade eclesial se hospeda uma multiplicidade de atores e funções, individuais e coletivos, que contribuem para o posicionamento político. Estes atores não podem ser simplesmente identificados com a hierarquia, com a estrutura formal, mas apresentam-se como grupos diversos, todos falando a partir de um entendimento do evangelho e tentando pôr em prática este entendimento nas ocorrências do cotidiano. Acompanhando Richard³, não podemos reduzir a Igreja a suas estruturas. É evidente que elas

³RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

ocupam um espaço significativo e muitas vezes decisivo para compreender a atuação política, mas reduzir a instituição a elas coloca à margem da influência social uma série de atores não-oficiais porém eclesiais, que movidos pela sua fé no Reino, intervieram politicamente e levando inclusive as instituições oficiais a rever seus posicionamentos. Lembramos, por exemplo, a grande influência que a Ação Católica e seus militantes teve na definição dos rumos de uma Igreja do povo, mais engajada, mais profética.

A influência que a Igreja exerce sobre a sociedade, sua atuação política, dependendo do ator - individual, coletivo, oficial (central), informal ou marginal - pode levar para rumos opostos e conflitantes, quando se trata das perspectivas organizativas da sociedade humana.

Tentaremos demonstrar como em todas as épocas, esta Igreja multiforme sociologicamente esteve presente, dialogando com a sociedade econômica e política de diversas formas. Há diferentes óticas sob as quais o assunto pode ser abordado. Pelo menos duas são óbvias. Uma trataria da teologia política *avant la lettre* implícita no decorrer dos séculos, das justificativas que a fé encontra para as pessoas religiosas se envolverem com a política ou não e de que modo. A segunda, que adotaremos neste texto, trata de tentar identificar as formas concretas que de fato a Igreja nos seus diversos componentes - como instituição e como sociedade humana - pôs em prática nos quase dois séculos que nos separam das suas origens.

Elegemos alguns fatos para ilustrar nossa hipótese: qualquer posição, qualquer atitude que a Igreja adote nos seus diversos estratos, se relaciona com a política, com a sociedade e sua forma de se organizar. Ao final da exposição, tentamos tirar algumas conclusões a respeito.

3 QUATRO GRANDES PERÍODOS

Apresentar, mesmo resumidamente, um retrato da inserção política da Igreja na sociedade demandaria um tratado ou curso de longa duração. Não teremos espaço para fazer isso. Certamente com alguma simplificação, propomos uma divisão em quatro períodos que, ao nosso ver, apresentam características próprias. Não podemos entendê-los, no entanto, como períodos estanques. Como a história é dinâmica, cada afirmação pode ser contestada dialeticamente ressaltando outros aspectos contrários ou contrastantes que corrigem e relativizam o pronunciamento inicial. Esta metodologia deve nos levar na atualidade a pesar argumentos e ficarmos conscientes de serem provisórias as conclusões porque históricas e da contingência das nossas decisões. Assim somos compelidos a evitar posturas intransigentes, preconceituosas, não-dialogais ou fanáticas e sempre fazer releituras e de com autocrítica abordar nossa ação eclesial, sempre provisória e sob o constante julgamento de Deus (J.B. METZ).

3.1 Conflitos da primeira Igreja: sua institucionalização gradual

Os três primeiros séculos da nossa era formam, sem dúvida, um período com características próprias em se tratando da relação da nascente e crescente Igreja cristã com o mundo entorno. A partir da segunda metade do século III, percebemos mudanças nas relações que se consagram em 313 na posição assumida por Licínio, que depois da vitória sobre Maximino Daia, com base num acordo com seu aliado Constantino, "formula uma resolução concedendo em termos particularmente benévolos em favor dos cristãos plena e inteira liberdade de culto (e) a restituição imediata de todos os bens confiscados"⁴.

⁴ DANIELOU Jean; MAROU, Henri. **Nova história da Igreja: dos Primórdios a São Gregório Magno**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 248.

Constantino irá mais longe ainda, dando especiais favores ao clero como distribuição de dinheiro e isenção de impostos.

Esta mudança foi radical se a compararmos com os três séculos anteriores. Estes foram marcados por repetidos conflitos entre os cristãos e os poderes políticos. Seleccionamos a título de exemplo dois destes conflitos, que além de convicções e comportamentos religiosos implicavam em questões políticas, de poder, de hegemonia.

Iniciamos este parágrafo com uma observação que deve ser reiterada a cada instante: o sistema social e os regimes políticos do então mundo envolvente foram totalmente diferentes dos regimes ditos "democráticos" que predominam a nossa política hoje. Para entendermos os conflitos concretos entre Igreja e sociedade política da época, precisamos reconhecer minimamente os mecanismos que operam nas relações sócio-políticas do mundo judeu por um lado e do Império Romano do outro. São os dois espaços políticos com os quais os cristãos entrarão em conflitos - nem sempre por eles provocados diretamente mas por adotarem atitudes identificadas como anticívicas ou incomodantes e perturbadoras.

3.1.1 Continuidade do conflito jesuano entre judeu-cristãos e judeus

Alguns autores, sobretudo latino-americanos, têm chamado a atenção sobre as razões políticas da morte de Jesus. A sua condenação não se deveu apenas a discordâncias doutrinárias, mas ao questionamento das incoerências dos costumes e das normas, interpretados por Jesus como uma exploração exercida sobre a população pobre. A posição de Jesus frente ao Império Romano não nos aparece com muita clareza através dos textos evangélicos. Alguns trechos podem ser interpretados como concordância de Jesus com os anseios de liberdade política

que animavam ainda muitos judeus. Citamos a presença de sicários (zelotas) entre seus discípulos e sua palavra ao fariseu: "Dêem a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mt. 22,21).

Mais informações claras nos dão os evangelhos sobre os constantes conflitos de Jesus com o Templo, com o grupo de portadores de poder na sua terra natal. Jesus tem um olhar crítico sobre as funções que o Templo exercia. Ele discordava da tolerância pragmática da classe sacerdotal e dos saduceus que se curvavam diante da dominação romana e dela tiravam proveito para garantir sua própria estabilidade política. Denunciava o tratamento explorador que a elite religiosa dispensava à população, especialmente aos mais pobres. Tudo isso constituem as razões que levam a querelas, discussões, investigações e levarão finalmente o Mestre à morte. Este olhar sobre a vida de Jesus, que transparece nos escritos da época, provêm da situação em que se encontravam os próprios evangelistas, os discípulos e as comunidades por eles fundadas após o Calvário e o Pentecostes.

[...] os sumos-sacerdotes que nele (em Jesus) vêem uma ameaça para seu poder pessoal. Aí está, ao que parece, a fonte do ódio com que a casa de Anás não deixou de perseguir primeiro a Jesus e depois a comunidade.⁵

Logo depois da morte de Jesus, os mesmos atores, as mesmas situações continuaram e as primeiras Igrejas enfrentaram acusações idênticas àquelas que foram imputadas a Jesus. Surge, por exemplo, o Apocalipse como livro profundamente político, descrevendo de modo peculiar (que se convencionou chamar linguagem apocalíptica) uma interpretação das forças sociais e políticas a partir de uma ótica teológica.

⁵Ibid.

Conflitos e interpretações diferenciadas invadem as primeiras comunidades. As expectativas iniciais, que o Pentecostes veio corrigir, são de que o Senhor estava para voltar em breve. A crença na proximidade da parusia leva à adoção de certos comportamentos messiânicos (posteriormente identificados como montanistas), caracterizados por um desprezo profundo do mundo e suas realidades. O anúncio de uma vinda iminente do Senhor causa conflito entre as comunidades. Setores da Igreja se sentem perturbados por "esta gente desregrada que não trabalha e se ocupa com coisas vãs", sem dar importância para a sociedade. Movidos pela crença da proximidade da volta de Jesus, algumas comunidades adotaram posturas e conclamaram os demais a seguirem o seu exemplo. É como se dissessem: não façam mais nada, porque daqui a pouco, o Messias vem resolver tudo. "É difícil não ver aí uma agitação política de ordem messiânica"⁶ Lembramos o ano 2000, quando as mesmas expectativas ainda influenciavam alguns grupos de cristãos, para os quais os acontecimentos do mundo pertencem a uma esfera que não lhes interessa. É uma atitude política que leva a conflitos dentro e fora da instituição eclesial.

Mas não são todas as comunidades que comungam deste entendimento. São Paulo se move no centro deste debate, do qual a Carta aos Romanos (à comunidade cristã em Roma) parece ser a maior expressão. A questão da circuncisão aparece não como uma questão dogmática ou disciplinar, mas como uma questão política! Paulo escreve a carta no ano 57, quando o mundo judeu é sacudido por uma onda de revoltas contra Roma. Muitos cristãos se impressionam com o fato e hesitam em tomar partido: não aceitar a circuncisão é entendido pelos judeu-cristãos como a aceitação da dominação romana com tudo que isso

⁶Ibid., p.57.

implica culturalmente. "Renegar a circuncisão parece-lhes (aos judeu-cristãos) traição política, não infidelidade religiosa".⁷ Portanto, os cristãos ou apóiam politicamente os anseios nacionalistas (políticas) dos judeus, ou se expõem às suas perseguições.

3.1.2 Império Romano

Não concordar com o projeto do judaísmo fechado no seu sonho de restauração do reino de Davi, não significa que os cristãos aceitam simplesmente as estruturas romanas. A cultura romana contém uma multiplicidade de elementos não aceitáveis. Uma das questões que leva a este segundo confronto está sem dúvida ligada ao culto das divindades. Cultuar o pantheon romano era um ato cívico, de cidadania. É como cantar o hino nacional ao iniciar um evento público ou marchar no dia 7 de setembro diante da tribuna das autoridades. Não participar do rito oficial significa estar articulado com o contra-Império, com o Grito dos Excluídos, com aqueles que procuram derrubar o status quo, com a luta pela Reforma Agrária por entender que a estrutura agrária é injusta e brada aos céus. A perseguição daqueles que não se mostram leais às estruturas imperiais é principalmente uma ocorrência política. É o poder absoluto do Imperador, suas prerrogativas políticas que estão em jogo. As autoridades romanas tratavam os cristãos como perturbadores da ordem e dos bons costumes.

Este confronto se aguça de tempos em tempos. Há períodos em que as perseguições se tornam sistemáticas, em épocas de crise, quando o poder central sente a necessidade de evidenciar sua autoridade frente a ameaças e instabilidades. Mas há anos tranquilos em que reina uma tolerância maior.

⁷Ibid., p.59.

Uma das primeiras e atrozes perseguições aconteceu depois de um incêndio em Roma (ano 64). Nero, que pessoalmente deu a ordem de limpar uma área na cidade para construir um circo, joga toda a culpa sobre os cristãos, que agitam o Império com as doutrinas messiânicas (a vinda iminente do Salvador) confessadas em certos meios de judeu-cristãos. Não é só sua atitude violenta contra os cristãos que faz este imperador ser conhecido na história. Era um bruto em relação a todos. Ele aproveita da necessidade de ter seu circo construído para atingir dois objetivos ao mesmo tempo: limpeza da área e eliminação de um grupo de gente que o incomodava por ser desordeiro e anti-cívico.

A crença na iminência da parusia faz determinados grupos de cristãos assumirem posições frente ao poder imperial. Por eles, o mundo é visto como do demônio. A resistência contra o poder do Estado é entendida como conflito com o próprio Satanás. Há crentes montanistas que adotam um cristianismo exaltado⁸ São radicais, não aceitam qualquer compromisso. Não querem fazer concessões. Dentro da sua visão, a vinda repentina e iminente do Cristo leva a certos comportamentos não adotados por todos e muito menos em congruência com a cultura romana. Para estes cristãos, por exemplo, é inútil gerar filhos. O casamento é ultrapassado. Na nova ordem de Cristo, não há mais lugar para a procriação. Exige-se obediência a esta norma não só dos integrantes do grupo mas o comportamento é defendido em praça pública como lei universal, como dever para toda geração, que deve assumir a "castidade dos anjos", contrária tanto à tradição judaica como à cultura romana. Outro ponto polêmico é o alistamento nos exércitos romanos. O Império necessita dos militares para a defesa de suas fronteiras e a manutenção da "pax romana". Na medida em que o cristianismo se espalha e atinge os próprios cidadãos

⁸Ibid., p. 153.

imperiais, a atitude de não querer servir o exército é interpretada como traição. É claro que isso provoca ondas de perseguição justificadas pelo crime de traição. Vale ressaltar que em certos meios, o martírio era visto como ideal. Como o fim dos tempos era iminente e a vida desprezível, houve provocações por parte de alguns cristãos com a clara intenção de serem levados ao martírio. Podemos comparar estas atitudes com as brigadas suicidas islâmicas da atualidade?

No entanto, nem todos entenderam a fé cristã de forma montanista. Um conflito interno na Igreja tem sua origem nesta questão de dimensão político-social e opõe dois grupos de cristãos: "os intelectuais, apaixonados por uma Igreja ideal, com os pastores, conscientes das condições da Igreja real."⁹ Há cristãos favoráveis a acordos com o Estado romano. A maioria dos bispos rejeita o modo de interpretar a realidade mundana da forma como os montanistas a apresentam. Desaprovam a atitude daqueles que provocam as autoridades romanas contra si mesmo. Os bispos em geral têm maior preocupação com a integridade dos membros de suas comunidades. Para eles, cair nas mãos de quem os persegue não deve ser um ideal para os cristãos e deve ser evitado o mais que possível. Alguns defendem até a participação pro forma em atos cívico-religiosos do Império para escapar da perseguição e justificam que no seu interior não confessam o que pelo ato demonstram. Fazem as ofertas aos deuses tradicionais, porém não atribuem seriedade a este comportamento por estarem apenas cumprindo um ritual desligado do seu significado.

Na segunda metade do século III, com a ascensão da dinastia dos Severos ao trono romano, aparece uma trégua nas relações conflituosas entre Igreja e Império. O edito de Severo (202 d.C.) proíbe a divulgação do cristianismo porém

⁹Ibid., p. 155.

não a sua existência. Diante da expansão notória da Igreja, Severo se mostra preocupado. Sua inquietação fundamentava-se na existência de tendências eclesiais em clara oposição à sua política de restabelecimento do Império. A moral cristã, que condenava o casamento e propagava a continência sexual, estava do lado oposto dos desejos do Imperador, que buscava fortalecer a família e incentivar a geração da posteridade mais numerosa.

Outros conflitos entre Igreja e Império neste período (século III) tiveram sua origem em princípios econômicos. Os cristãos participavam da vida econômica. No entanto, uma série de profissões era incompatível com o cristianismo, entre outras razões por estarem vinculadas à cultura religiosa romana (escultor de imagens de deuses, fabricantes de estátuas, construtores de templos, produtores de incenso e perfumes utilizados nos sacrifícios pagãos etc.). Algumas práticas comerciais também eram tidas como imorais: funcionar como intermediário em transações ganhando gorjeta sem trabalhar; pronunciar juramentos em negociações (chamar os deuses como testemunhos); propor preços diferenciados, tratando alguns com privilégios; emprestar dinheiro mediante juros ou exigir sua devolução em data fixa. Adotando estas atitudes críticas e condenando práticas costumeiras como imorais, os cristãos chamam sobre si a censura de serem maus cidadãos. "O cristianismo advoga pois uma moral cívica" que no entanto está em contradição com os costumes vigentes no Império¹⁰.

No final do século III, depois da morte do último dos Severos (Alexandre Severo, assassinado em 235), um período de anarquia assola o Império. A insegurança crescente, tanto nas fronteiras com as ameaças de invasão como nas províncias onde se fortalecem os movimentos autonomistas, exigem o fortalecimento do Estado romano.

¹⁰Ibid., p. 191-192.

Os imperadores buscam alternadamente este fortalecimento em dois sentidos: num primeiro revogando a tolerância com as sempre maiores parcelas da população que aderiram ao cristianismo. A volta para os cultos tradicionais é vista como estratégia de fortalecimento do Império: unidade cultural, a busca da complacência dos deuses raivosos por causa do abandono de seus cultos e a afirmação divina do Imperador fazem parte dela. O Imperador Décio prescreve em 250 d.C. a realização de um "sacrifício geral" e diante da recusa dos cristãos, a perseguição explode. Macriano, ministro de finanças no Egito, procura tirar proveito do confisco dos bens da Igreja para encher o tesouro do Império. Sua perseguição se volta mais contra cristãos que ocupam cargos importantes no reino e que dispõem de posses, portanto que exercem influência política. Obriga-os a participar dos cultos como atitude cívica e a recusa dá margem para exonerá-los e apropriar-se de seus bens.

Políticas parecidas são adotadas por outros imperadores, como Valeriano, Galieno e Diocleciano. Mas também novas estratégias são experimentadas: diversos editos de tolerância (como o de Galieno em 260 d.C.) tentam ganhar os cristãos para a política imperial que consiste na defesa da unidade do Império. O Imperador Aureliano (270-275 d.C.) reconhece implicitamente a autoridade eclesiástica na sua vertente romana e admite o direito da Igreja à posse de bens (casas, quintais, prédios, cemitérios...). Assim, estamos no liminar de um novo século, o IV, em que a posição de tolerância é ratificada pelo Edito de Milão (313), ou melhor, o cristianismo evoluiu para se tornar religião oficial. Sai das catacumbas. De uma posição política crítica, incômoda e profética, a Igreja assume uma posição central e de destaque no cenário político. Mas antes, haverá de passar ainda pela última grande perseguição diocleciana (303 d.C.). O Edito de Nicomédia, promulgado dias antes da sua morte pelo Imperador Galério, a

contragosto, marca o total fracasso da política romana ávida para o retorno dos rebeldes cristãos aos costumes e tradições ancestrais e a necessidade de se entrar em negociação com uma Igreja que se tornara uma instituição com poder social e influência sobre o Estado romano.

Em relação a este primeiro período ainda podemos recordar que, em algumas situações, cristãos, e entre eles membros da hierarquia, têm assumido cargos públicos. Citamos o exemplo do bispo Paulo de Samósata que assumirá em Antioquia o posto de ducenário (ministro de finanças do governo local). Este fato é uma clara amostra de que a questão do envolvimento com o aparato governamental não é apenas uma questão moderna. Já existiu no século III depois de Cristo.

3.2 O longo período da cristandade

3.2.1 Religião imperial

Uma ordem totalmente nova vai se instituir a partir do século IV e irá dominar por cerca de três séculos seguidos. Continuando uma cultura antiga, onde o elemento religioso era aspecto predominante na vida social, cultural e política, o cristianismo substituirá os paganismos anteriores. Mas o formato de vínculo próximo entre poder imperial e a religião permanece.

Ao se tornar cristão, o imperador não perde o seu caráter sagrado, nem no ocidente, nem no oriente, onde dois impérios aos poucos irão se separar. Em toda a região incorporado ao mundo cristão, que abarca o norte da África, o oriente próximo e médio e grande parte da Europa, até o Danúbio e o Reno, os problemas religiosos ocupam grande parte do tempo. São sobretudo questões dogmáticas. Nestas querelas, os próprios imperadores tomam parte ativa, às vezes chamados pelos bispos para intermediarem nas controvérsias, às vezes ele próprio tomando a iniciativa de

convocar concílios para tratar de assuntos que interessam à vida religiosa. Existe uma compenetração profunda entre Estado e Igreja, entre poder Imperial e missão da Igreja, representada por seus bispos com destaque crescente no bispo de Roma. Uma política de separação de Igreja e Estado à maneira moderna é totalmente impossível ser concebida nesta época.

Mesmo que o surgimento e a profusão de "heresias" não tenham um vínculo direto com políticas nacionalistas, como acontecerá no surgimento do Estado moderno, é interessante observar como em geral populações inteiras vão se converter por uma ou outra corrente do cristianismo (donatismo na África, Arianismo em outras regiões, etc.). Alerta Danielou que "procuraram às vezes (as causas profundas do donatismo) no plano político: o donatismo seria expressão de uma resistência nacional contra a dominação colonial de Roma." Após constatar que a documentação consultada não pode levar a esta conclusão, o autor continua: "parece mesmo que o cisma se tenha recrutado de preferência das camadas mais humildes da sociedade, por conseguinte, entre os menos profundamente romanizados". E adianta sua conclusão: "Em tal período de intensa religiosidade, é normal que seja sob a forma religiosa que se exprimam e se desabafem os complexos políticos e sociais"¹¹ Ou seja, o aspecto religioso sob a forma específica de discordância doutrinal (heresia) faz parte de todo um contorno político e social, porque os dois aspectos que são considerados inseparáveis na vida em sociedade segundo a mentalidade do tempo.

Neste sentido, vale observar que o cristianismo se expande através das lideranças políticas: entre as tribos dos Germanos na Europa (p.ex. o batismo de Clovis trouxe toda a população que ele liderava para o cristianismo), entre o povo Sassânida, na Armênia, na Etiópia,¹² Os movimentos de conversão dos povos, que se estende em regiões sempre

¹¹Ibid., p. 258-259.

¹²Ibid., p. 291-299.

mais amplas e sob a forma de doutrinas diferenciadas (ortodoxias ou heresias), dão à religião a configuração de religião nacional.

A influência política da Igreja se dá, no bojo do Império romano tardio (Baixo-Império), em áreas administrativas que vale recordar: na legislação, sobre os costumes e na instituição de obras de caridade, que posteriormente se desenvolverão para políticas públicas.

A influência cristã sobre a legislação pode ser exemplificada mediante a sua intervenção na suavização das condições da escravidão ainda existente e posteriormente a sua proibição. Ou na insistência de humanizar os regimes carcerários e o tratamento dos prisioneiros, protestando contra mortes de fome e pleiteando banhos e higiene semanais para os presos. Também em relação à legislação romana sobre casamento, a Igreja intervêm e consegue a abolição das leis que limitam os direitos dos celibatários. Consegue ainda a proibição do concubinato para o homem casado, a punição de adultério e rapto e dificultando o divórcio que se tornara prática muito usual. Nos costumes, a Igreja busca humanizar a convivência opondo-se aos tratamentos violentos e às vezes bárbaros nos circos e nas prisões. Protesta contra a grande propriedade e contra abusos e privilégios excessivos dos poderosos. Finalmente, incentiva a prática da esmola pelos ricos, aos quais pertence a aristocracia cristã. São Basílio (330 a 379 d.C.), na sua sede episcopal, faz levantar junto com a Igreja e o mosteiro, hospício e hospital, providos de pessoal qualificado (médicos, enfermeiros, etc.) para acolher viajantes, doentes, leprosos, pobres. Estas casas não constituíram fenômeno isolado mas aparecem em diversas localidades sob iniciativa da Igreja local.

3.2.2 Igreja guardiã da estrutura política

A partir do século V, os dois impérios - romano e bizantino - seguirão percursos diversos, se distanciando

cada vez mais. A partir de 459, introduziu-se o costume no Império bizantino de que o Imperador fosse coroado pelo Patriarca de Constantinopla. O ramo oriental do Império romano persiste até os inícios da época moderna, até 1453, ano em que o Islã assume o controle político sobre toda a região. Até então, Império e Igreja mantêm-se unidos e confundindo-se nos seus interesses, estruturas e políticas.

Com as constantes invasões, o Império ocidental, no decorrer dos séculos V a VI, se esfacela cada vez mais. As estruturas imperiais vão ser atingidas. A vida se desorganiza. Em algumas regiões, até as instituições eclesiais têm que recuar. Mas em geral, a Igreja é a única estrutura romana que se mantém e com isso ganha ainda mais força e importância social e política. As autoridades da Igreja vão assumindo tarefas que pertencem ao Estado: organizam a resistência contra povos invasores, negociam tratados com eles, tornando-se chefes militares e políticos das suas cidades, colhem impostos, etc. "[...] a ausência de toda autoridade temporal traz com que este papel muito em breve ultrapasse o domínio propriamente religioso [...]."¹³

Durante décadas ainda, os bárbaros invasores vão ser vistos como exército ocupante. A osmose entre as duas culturas vai se dar de forma lenta. O cimento desta transição entre culturas tão diversas nos seus costumes, direito, forma de governo, vai ser a religião e a estrutura eclesial exercerá papel fundamental nesta osmose.

Como nas demais cidades romanas, também o bispo de Roma vai ganhando prestígio. Ele assume a defesa da cidade e de seus habitantes contra as constantes invasões, como o fazem os bispos nas suas dioceses. O crescimento de seu prestígio é de tal forma que acaba intervindo em conflitos entre políticos, como por exemplo quando assume a defesa dos ostrogodos arianos diante do Imperador em Constantinopla. Também aqui, motivos políticos - adquirir

¹³Ibid., p. 418.

a benevolência do ocupante em Roma - justificam a defesa pelo Papa João I (+ 526) de integrantes de uma heresia.

É neste contexto que se dá a atuação do Papa Gregório o Grande (590-604). Tanto ele como muitos bispos assumirão iniciativas de caridade e obras de assistência que se desenvolvem como verdadeiras políticas públicas.

3.2.3 Feudalismo

Não é possível entrar neste texto nas diferenças pelas quais passa a relação da Igreja com os diferentes feudos e nos Estados modernos em formação. Cada uma das nações tem uma história própria que merece uma análise específica. Traçamos apenas algumas grandes linhas desta relação na estrutura feudal.

O aprofundamento da cristandade na Idade Média leva a estrutura eclesial a ocupar um lugar de destaque na organização política européia e mundial. Política e religião continuam se confundindo durante todo o período. A recriação do Império europeu de tempos em tempos volta para o imaginário dos que conquistam o poder, desde a instituição do Sacro Império Romano da Nação Alemã (Heilig Roomse Rijk der Duitse Natie) até o sonho do imperador francês Napoleão Bonaparte. Embora teoricamente o poder religioso e o poder temporal eram reconhecidos como distintos, em termos de pessoas, esta distinção não era feita. Os dois poderes têm a mesma finalidade: a vida eterna é a meta.

Durante o reinado de Carlos Magno (800 d.C.), que conseguiu unificar novamente grande parte do antigo Império ocidental, o clero ocupava lugares de destaque na administração. Certamente, um dos motivos era a sua formação. Não havia política educacional. Apenas a Igreja - os monastérios e as dioceses - preocupavam-se com a escolarização dos candidatos clérigos. Conhecidas são, por exemplo, as escolas episcopais que vão evoluir e se tornar

universidades nos primeiros séculos do segundo milênio. Carlos Magno se cercava com um conselho de eclesiásticos, que orientaram sua política em conformidade com os princípios registrados na obra "Cidade de Deus" de Santo Agostinho.¹⁴ Como não havia aparato burocrático nem pessoas formadas para garantir uma administração descentralizada, o Imperador carolíngio se fez assessorar por inspetores e visitadores que percorriam o reino, controlando "in loco" as ações governamentais. Geralmente estes inspetores andavam em duplas: um se preocupava com os aspectos temporais e o outro dos assuntos espirituais. Mas muitas vezes, os dois cargos destes emissários eram ocupados por bispos ou clérigos.

Altos clérigos tinham acesso a direitos de soberania, em que tanto eram reconhecidos como suserano de vassallos, como eles mesmos se submetiam à vassalagem. Diversos feudos constituíram-se em domínios eclesiásticos, dioceses e abadias. Os bispos destas dioceses-feudos eram ao mesmo tempo senhores temporais e líderes religiosos. Muitas vezes, o poder temporal prevalece e é considerado o de maior importância. Eram vassallos, cujo único limite era, em geral, não passarem seu poder aos filhos, visto que eram tidos como celibatários. O mesmo acontece com o papado. O Papa tornou-se senhor dos Estados Papais que se estendiam sobre uma parte central da Itália e vai ao longo do tempo minguando, até que reste na atualidade apenas a posse do Vaticano.

Uma grande questão marca o período, que demonstra novamente quão imbricado eram os poderes temporais e espirituais. Trata-se da questão da investidura. Nenhum dos dois chefes do mundo ocidental, papa e imperador, pretende abdicar de sua superioridade sobre o outro. Este fato - saber quem tem o poder superior e portanto a atribuição de investir, de empossar o outro - vai render

¹⁴KNOWLES, David; OBOLENSKI, Dimitri. **Nova História da Igreja: a Idade Média**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

muitos debates e pesados conflitos. A excomunhão do rei Henrique IV (1076) e seu ato de submissão, dirigindo-se a Canossa, são episódios marcantes nesta disputa pelo poder. O castigo extremo teve a disputa em torno da nomeação do bispo de Milão como causa imediata mas havia muitas desavenças entre os dois, papa e rei.

A defesa da cristandade contra a expansão islâmica marca todo o período medieval. Originária da Arábia, na primeira metade do século VII, a nova religião combativa vai se estendendo sobre o norte da África e chegar na Europa através da Espanha. Na Ásia, sua marcha está sendo freada pelo Império bizantino. Na Europa, seu avanço é detido em 732 em Poitiers (na França). As cruzadas são a consequência lógica da visão da cristandade medieval, em que todas as forças - militares e religiosas - se engajaram solidariamente. A imagem que se têm destas expedições militares contra os inimigos da Igreja - o termo cruzada não apenas utilizado para identificar as guerras contra os sarracenos, mas também contra, por exemplo, os albigenses (1209) - é que são empreendidas por um objetivo religioso declarado. Porém, uma análise sob olhar diferenciado poderia identificar outros interesses no campo da economia (liberar o acesso às riquezas do oriente, visto que as rotas comerciais passavam pela região atingida) e no campo da política. Nos diz Knowles sobre o papa Urbano II (1093-99) que convocou a primeira cruzada: "Como estadista deve ter percebido igualmente a ocasião que se oferecia ao papado de assumir a liderança da Cristandade ocidental."¹⁵

3.3 Tempos modernos - perda progressiva da hegemonia católica

Novas relações políticas vão surgindo com o advento dos Estados modernos. O período, cujo início podemos situar no século XV, apresenta-se com algumas

¹⁵Ibid., p. 233.

características novas, que sintetizamos em quatro:

- a expansão territorial, os países europeus saindo dos seus limites, inicialmente em busca de caminhos alternativos ao oriente, depois com a clara intenção de incorporar regiões recém conhecidas na sua esfera geopolítica;
- a perda da hegemonia católica com a sucessão de separações; a Católica institui como reação a Inquisição Romana (ou Santo Ofício instituída em 1542) e realiza o Concílio de Trento (iniciado em 1549) para traçar medidas e estratégias da contra-reforma;
- o surgimento de um novo modo de produção, ainda em formação, a partir da expansão do comércio extra-fronteiriço e da primitiva acumulação mercantil;
- uma visão antropocêntrica do universo, que se revela nas artes, na literatura, nas ciências, na filosofia e acaba tendo influência sobre as relações dos estados com as diversas religiões.

Nem todos os países passaram pela mesma evolução. Algumas nações já foram constituídas como França, Inglaterra, Espanha e Portugal. Outros países vão se formar ao longo do século XIX como Alemanha e Itália. A Igreja busca manter sua hegemonia contra a expansão das reformas protestantes. A atuação da Igreja é agressiva, através da Inquisição, porém não é da mesma intensidade nos diversos espaços nacionais ou locais. Na Inglaterra, a perseguição era contra os católicos.

Duas grandes linhas mestras se delineiam neste período e cada uma por si mostra a estreita ligação persistente entre Igreja/fé/religião por um lado e o mundo da política, do poder, do regramento social pelo outro:

a) Pelo princípio do "padroado", os reis católicos - título dado pelo papa às dinastias que assumiram a defesa da Igreja - detêm o direito e o dever de representar os interesses da Igreja nas regiões que ocupam militar e politicamente. Nomeações de missionários e bispos, criação de paróquias

e dioceses, assuntos explicitamente religiosos e eclesiais, deveriam ser tratados não com o papa mas com o rei¹⁶. O rei era quem recebia os impostos eclesiais e assegurava o financiamento das atividades eclesiásticas e religiosas.

El Papado daba a la Corona portuguesa un derecho y un deber, es decir, el jus patronatus y el deber de la "propagación de la Fe" entre los pueblos descubiertos o arrebatados al poder sarraceno. Es la primera vez en la historia que el Papado - o la Iglesia - otorga a una nación el doble poder de colonizar y misionar, es decir, mezcla lo temporal y lo sobrenatural, lo político y lo eclesial, lo económico y lo evangélico, produciendo de hecho algo así como una teocracia expansiva y militar - de tipo más bien islámico que cristiano, pero frecuente en la Edad Media. Este equívoco se sitúa como base de toda la empresa portuguesa y española de colono-evangelización o de misio-colonización.¹⁷

Esse tipo de submissão da Igreja ao trono real caracteriza o sistema padroado:

[...] o padroado significa um dos percursos coloniais, o que mais influência teve sobre a ação missionária. O padroado é sinal do sistema colonial, expressão prática do colonialismo em termos de instituição religiosa [...] Continuando a análise, só podemos qualificar o padroado como um roubo institucionalizado, pois as riquezas do Brasil só voltaram à sua origem em forma de favor. O

¹⁶Veja SILVA, Dom Francisco de Paula e. p. 50. "É a esse privilégio, exercido pelos Monarcas de Portugal na criação de Dioceses, eleição de Bispos e nomeação de beneficiados, que se deu o pomposo título de Padroado, mais tarde alargado pelos legisladores regalistas com o 'recurso às Corôas' dos actos de jurisdição espiritual dos Bispos, mais grave ainda este último pelas consequências funestas nas relações entre a Santa Sé e o Estado, como veremos adiante ao estudarmos o Padroado no Brasil."

¹⁷DUSSEL, Enrique. **Historia de la Iglesia en America Latina: medio milenio de coloniaje y liberación (1492-1992)** Versão eletrônica.

favor (a redízima) é o percurso inverso do roubo (dízimo). O que sai do país em benefício de Portugal volta em termos de doações, privilégios, subsídios, 'verbas', sempre precárias e provisórias, sempre vexatórias."¹⁸

A ação dos missionários, além da catequese dos povos submissos, é de fundamental importância para a preservação das regiões conquistadas sob o domínio do país conquistador. Há uma clara conotação geopolítica na atuação missionária e a disciplina imposta visa ao mesmo tempo a subordinação ao poder real quanto à obediência às normas religiosas católicas.

b) O princípio de "cuius régio, illius et religio", mostra por sua vez a estreita ligação existente entre a religião e a estrutura do poder. Com a explosão do protestantismo sob diversos vertentes, uma nova problemática abre-se para o ordenamento social. A unidade de pensamento é quebrada, porém isto não significa o surgimento do pluralismo. Tanto as famílias da nobreza, que buscam fortalecer suas posições de autonomia frente ao poder eclesiástico utilizam-se da religião para obter seu objetivo, como as Igrejas aproveitam-se dos seus vínculos com o poder temporal para garantir a sua esfera de influência, seus privilégios, inclusive sua manutenção material. Quem comanda a região define igualmente a respectiva religião e os dois poderes ganham com isso: fortalecem-se mutuamente contra seus respectivos opositores.

É neste período que vive o pregador jesuíta padre Antônio Vieira. Como viveu durante dez anos na nossa região, vale a pena citar seu comportamento como exemplo do papel político assumido por eclesiásticos. A sua introdução explícita na política do reino português acontece em 1640, quando é convidado pelo vice-rei, Jorge de

¹⁸HOORNAERT, Eduardo. (Coord.). **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1977. Tomo II/1, p. 39. (História geral da Igreja na América Latina.)

Mascarenhas, para uma missão diplomática em Portugal. O episódio situa-se no momento em que Portugal restaura sua dinastia e se separa da Espanha, sob cujo domínio tem vivido durante cerca de 60 anos. Mascarenhas, no intuito de não perder seu posto de vice-rei, lhe confiado pelo rei espanhol Felipe, envia seu filho a Lisboa com finalidade de apresentar sua fidelidade ao novo rei (Dom João IV). E Vieira, que vive na Bahia, é convidado a acompanhar o jovem príncipe. Desta forma, introduz-se na corte portuguesa, torna-se conhecido pessoal do rei, que o envia a Holanda para negociar uma trégua na guerra com este país. Depois de voltar da Holanda e ter sido recebido com muitas críticas na capital, Vieira pede para reabrir a missão jesuítica no Maranhão. Neste período vai utilizar sua influência na corte para conseguir leis e decretos reais que garantam a política indigenista dos jesuítas nesta colônia. A atuação política dos jesuítas vai resultar em 1662 da sua primeira expulsão do Maranhão e Grão-Pará. De volta em Portugal, a atuação política de Vieira vai continuar e ele decide dar seu apoio ao pretendente ao trono, dom Pedro I contra o (louco) Afonso VI.

Temos que nos deter a este exemplo para ilustrar a importância política que a Igreja e eclesiásticos têm neste período. A regulamentação da vida depende em grande parte da perspectiva religiosa. Não há separação. Não há dois campos de atuação estanques. Política e religião se interpenetram e determinam a vida das pessoas. As relações não acontecem sem conflitos. Mas justamente isso prova que há uma interrelação que une os dois campos de uma forma específica neste final da cristandade. No período seguinte, a relação continua, embora as formas desta relação mudam substancialmente. Com a formação da sociedade civil (guildas, maçonaria), em oposição a nobreza e clero, as relações políticas assumirão novas formas e novas forças sociais entrarão em cena. Mas a dimensão religiosa não estará ausente.

3.4 Era contemporânea: a laicização da sociedade

A tese da separação das duas instituições não impediu que houvesse um contínuo envolvimento da Igreja com a política. Exemplificamos com o que aconteceu na França pós-1789. A identificação da Igreja com o "ancien regime" era tão grande, que a instituição se colocou francamente ao lado da monarquia, perseguida pelos revolucionários, e contrapondo-se a seus ideais de "liberté, égalité, fraternité". As primeiras intuições da Revolução não foram contrárias à religião, como nem o foram de início os movimentos operários no século XIX. Foi a identificação política da própria Igreja com a estrutura política, ou seja as escolhas políticas que ela mesma fazia, a razão da crescente oposição contra ela no meio dos que buscavam uma nova ordem social¹⁹. Diante da miséria em que grande parte da população vivia, a opulência demonstrada pela Igreja e sua recusa de colocar-se ao lado dos que defendiam os novos valores, contribuíram para identificá-la com a nobreza decadente. Foi isso que chamou contra ela a reação dos revolucionários. Não foram, novamente, preceitos doutrinários nem instruções religioso-disciplinares, os motivos preponderantes da relação. Os motivos principais foram de ordem político-organizacional da sociedade laica como tal.

Durante os séculos XIX e XX, a Igreja continua encostando-se aos "poderes constituídos" muitas vezes ficando cega e surda frente às novidades que surgem. Na conquista de novas colônias e na abordagem diplomática com os países do oriente longínquo, por exemplo, haverá uma cooperação e um apoio mútuo entre os regimes das nações européias e as respectivas Igrejas, de tal forma que rivalidades políticas têm conotações religiosas e disputas por campos de missão (entre católicos e protestantes por

¹⁹ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo**: 2000 anos de caminhada. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2000. p. 69.

exemplo) implicam em desentendimentos internacionais. Mas Aubert identifica um paradoxo, uma inconseqüência na relação:

Em princípio, o poder político interviria ... para garantir a liberdade religiosa. Há relações entre colonização e evangelização, mas essas realidades são claramente distintas. No domínio dos fatos a realidade é muitas vezes bem diferente. De uma parte, as potências ocidentais vão, em certo número de casos, tentar utilizar para seus próprios fins as missões cristãs. De outra parte, as próprias missões, em seu desejo de tirar o máximo de vantagens, vão se ligar ou se deixar ligar ao sistema de modo muitas vezes comprometedor.²⁰

Em geral, a Igreja instituição não tem garantido seu apoio aos movimentos libertários. O princípio da obediência aos poderes constituídos figura como máxima orientadora para o comportamento dos cristãos. Esta atitude provoca reações, que vão desde conflitos intra-eclesiais até o abandono ou a expulsão da religião por motivos políticos. Um claro exemplo desse vínculo reacionário encontra-se na história da adesão do Maranhão à independência brasileira, quando, em 1822, o 14º bispo de São Luís, dom Joaquim de Nossa Senhora dos Anjos, assume a resistência na Província contra as ambições de dom Pedro I e o partido brasileiro que conduzem a sua decisão de proclamar a independência da colônia.

No decorrer do século XIX, a Igreja na sua cúpula romana assumia posições bastante reacionárias frente à evolução do mundo. O papa Pio IX regia fortemente contra os avanços do liberalismo e as novas idéias sobre mundo e humanidade que proliferavam por toda parte, entre os quais o positivismo se destacava. Neste período (primeira metade do século) surge na Itália o movimento pela sua unificação e formação do Estado moderno Italiano. "Os últimos anos

²⁰ AUBERT, Roger et al. **Nova história da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno II**. Petrópolis: Vozes, 1976a.

do papa (Pio IX) ... foram obscurecidos por conflitos com a maioria dos governos da Europa e da América, exasperados pela intransigência romana face a todo movimento de idéias contemporâneas."²¹ Apesar da publicação de Carta Encíclica importante sobre as relações de trabalho (*Rerum Novarum*), o papa Leão XIII é considerado um conservador. A restauração do ensino teológico baseado sobre o Tomismo é um dos sinais deste conservadorismo. Especificamente na questão política (questão italiana) "[...] ele foi um homem do passado e um papa típico do Antigo Regime."²² Aconselhava os católicos a utilizarem-se das instituições liberais para "promover as reivindicações católicas essenciais."²³ A atuação dos católicos deveria pleitear a liberdade de culto para a Igreja, lutar pela garantia da educação cristã para a juventude, defender a visão católica sobre o matrimônio, manter a harmonia entre Igreja e Estado e exigir o devido respeito pela autonomia política do Vaticano como nação independente.

Durante o século XX, em muitos países foram criados partidos políticos, entre eles os de cunho social-cristão ou democrata-cristão. Na Europa, estes partidos assumiram nitidamente posições anti-socialistas, conservadoras. O mesmo acontece na maioria dos países da América Latina, o que proporcionava o apoio eclesial, na década de 1960, ao iniciarem os golpes militares. "Nos anos 1960, os representantes conservadores firmaram-se novamente na democracia cristã, conduzindo a grandes divisões nos partidos boliviano, equatoriano, peruano e guatemalteco."²⁴ Também no Brasil, o golpe militar de 1964 contou, num primeiro momento, com a simpatia da Igreja Católica e de Dom Helder Câmara. A posição de setores das Igrejas latino-americanas irá mudar nos anos seguintes ao Concílio

²¹ AUBERT, Roger. **Nova história da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno I**. Petrópolis: Vozes, 1975.

²² Ibid., p. 13.

²³ Ibid., p. 14.

²⁴ AUBERT, op. cit., p. 164.

Vaticano II e sua concretização em Medillin.

Merece ser citado ainda a atuação francamente inovador da Ação Católica, que assume conscientemente uma posição política: não pretende ser em primeira instância um instrumento pastoral, ou seja de catequese ou de expansão e transmissão do ideário oficial romano. A Ação Católica assume uma posição de "crítica da sociedade", o que o coloca freqüentemente em conflito com a hierarquia. Formada e liderada essencialmente por leigos e leigas, o movimento vai influenciar profundamente as principais correntes progressistas da Igreja e chamar as questões sociais, políticas e econômicas, os direitos dos trabalhadores, a igualdade feminina, o protagonismo da juventude, para o centro do debate público e eclesial.

4 CONCLUSÃO

Muito mais deveria ser dito sobre fé e política ou Igreja e política na sua história milenar. Mas os exemplos relatados já dão margem para tirarmos algumas conclusões. Depois desta rápida retrospectiva histórica, podemos perguntar, o que se apreende desta história para a nossa realidade onde é freqüentemente questionada a participação política da Igreja e especialmente de seus ministros?

Percebemos que durante a história, em nome da fé, diversas posturas, até contrárias, foram assumidas pela Igreja. Em nome da fé, a Igreja fez oposição política ao Império romano. Em nome da fé, juntou-se a este mesmo Império a partir de 313. Em nome da fé e de sua preservação instituiu a "Santa Inquisição" e condenou à tortura e à morte quem contra sua doutrina se opôs. Em nome da fé defende hoje a não-violência e protesta contra a pena de morte ainda praticada em alguns países e em alguns Estados dos EUA. Em nome da fé organizou as Cruzadas e

condena o Jihad islâmico. Em nome da fé fez oposição ao liberalismo e ao positivismo, também nas suas vertentes políticos. Em nome da fé, ela age politicamente e em nome da mesma fé alguns professam que a igreja deve ser a-política.

Percebemos portanto em todos estes episódios sempre uma estreita ligação entre a fé professada e a sua colocação política no mundo. Até a negação de envolver-se com política acaba resultando numa decisão política, significando que para a fé cristã o mundo deve permanecer tal como é, tal como se apresenta. Para este tipo de concepção, não haveria perspectiva de uma verdadeira evangelização do mundo. Seria melhor ficar acomodado e aguardar as coisas acontecerem do que se envolver com a definição dos rumos da história.

Obviamente, a própria história mostra que esta última opção não foi o entendimento da melhor tradição eclesial. Muitas posturas políticas da Igreja no decorrer da história podem hoje parecer equivocadas ou até erradas. Mas é um fato que em nenhum período da sua história, a Igreja esteve ausente do campo da política. Parece que o surgimento da tese sobre sua a-politicidade surge no momento em que as camadas populares, aqueles que viviam sempre à margem da política, sem real participação nela, decidiram ocupar um espaço neste campo e destronar a hegemonia exercida pelas camadas mais influentes com base na sua descendência (nobreza) ou na base de suas posses ou conhecimento.

É impossível se dizer cristão e manter uma pretensa posição de neutralidade frente ao bem comum e os destinos da humanidade. Gostaria de registrar aqui uma recordação de um fato ocorrido no começo da década de 1980. O pastor francês, Georges Casalis, visitava na época o Maranhão e veio conhecer os agentes de pastoral da Comissão Pastoral da Terra (CPT-MA) reunidos em Pirapora. O coordenador da CPT, dom Xavier, convidou o pastor para dar sua

mensagem aos participantes. Casalis finalizou sua fala com a seguinte idéia: Deus nos colocou aqui na terra para cuidar dela. Não nos preocupemos com o que irá acontecer após a morte, porque isso é da conta de Deus. Disso, Ele cuidou maravilhosamente bem. Mas o que nós estamos fazendo da terra, da nossa sociedade, da humanidade? Este é nosso campo de atenção.

Para os cristãos, há implicações políticas sérias que brotam do entendimento de Bíblia, do Antigo Testamento e do evangelho: eles funcionam como orientadores. Porém é impossível a pura imitação de atitudes assumidas em tempos idos. Estamos diante do desafio da reconstrução contínua do ser cristão no mundo, de ser criativo e pensar de forma aberta com todos aqueles que buscam o mesmo bem coletivo. A história mostra a importância da presença evangelizadora da Igreja no mundo e não como mera presença catequizadora na sociedade e nas suas estruturas e dinâmicas organizativas. Esta Igreja não é uma instituição monolítica, o que abre espaço também no seu seio de posturas diferenciadas dependendo dos desafios concretos a serem enfrentados, do meio no qual existe, dos outros atores que encontra no palco da sociedade. Algumas grandes questões básicas podem até ter um caráter mundial, mas há situações no nosso continente que não são simplesmente igualáveis às da Europa, da África, da Ásia, etc. A realidade em constante mutação exige inserções diferenciadas, formatos vários da ação política, que em nosso continente assume o caráter de controle social, de democracia direta, de participação popular deliberativa nas políticas públicas, sociais e econômicas.

A grande questão que se coloca diante de nós, hoje, portanto, não é se os cristãos e a Igreja legitimamente podem assumir escolhas e posturas políticas. O desafio é de encontrar aquele modo de agir político que se demonstra condizente com os valores evangélicos, com a transformação da nossa era, com a "evangelização do mundo", dos povos e

das nações. Significa que devemos procurar o melhor modo de levar a Boa Nova para que seja uma mensagem de esperança para os pobres e injustiçados (os justos). O desafio é de mostrar a presença atual do Reino entre nós, mas igualmente de identificar as situações em que ele não se realiza e onde como cristãos teremos que nos articular com quem esteja procurando a implementação deste Reino de Justiça, Igualdade e Fraternidade nas estruturas e nos acontecimentos contemporâneos.

Adaptado a nosso contexto histórico, vale recordar a palavra, no seu tempo revolucionária, de Bartolomeu de las Casas: Mais vale "[...] um índio infiel e vivo" do que um "índio cristão e morto"²⁵.

FOI ET POLITIQUE AU LONG DE L'HISTOIRE DE L'ÉGLISE

RESUMÉ

Est-ce que une institution telle que L'Église Catholique peut-elle se permettre rester à l'écart de ce qui se passe sur le terrain de la politique? Partant d'une analyse historique succincte et superficielle, nous découvrons que à aucun moment les activités de l'ECAR (Église Catholique Apostolique Romaine) étaient a-politiques. Or en opposition, or s'alignant aux projets et intérêts des autorités que dominant la société, l'Église à chaque instant s'est occupée des thèmes relations à l'organisation sociale. C'est cette thèse que l'article prétend démontrer pour en suite nous alerter de faire l'option, nous autres, pour des positions socio-politiques prophétiques nécessaires en defense de la Vie et des Exclus.

Paroles-clés: Foi. Politique. Église Catholique

²⁵ RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**: São Paulo: Paulinas, 1982.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Alberto; MATOS, Henrique Cristiano José. **Cristianismo: 2000 anos de caminhada**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

AUBERT, Roger et al. **Nova história da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno II**. Petrópolis: Vozes, 1976a.

AUBERT, Roger e HAJJAR, Joseph. **Nova história da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno III**. Petrópolis: Vozes, 1976b.

_____. **Nova história da Igreja: a Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno I**. Petrópolis: Vozes, 1975.

DANIELOU Jean; MAROU, Henri. **Nova história da Igreja: dos primórdios a São Gregório Magno**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

DUSSEL, Enrique. **Historia de la Iglesia en América Latina: medio milenio de coloniaje y liberación (1492-1992)** - Versão eletrônica.

HOORNAERT, Eduardo. (Coord.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Petrópolis: Vozes, 1977. Tomo II/1, p. 39. (História geral da Igreja na América Latina.)

KNOWLES, David; OBOLENSKI, Dimitri. **Nova história da Igreja: a Idade Média**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

LEURIDAN, Juan; MÚGICA, Guillermo. **Por que a Igreja critica os ricos?** São Paulo: Paulinas, 1982.

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1982.

SILVA, dom Francisco de Paula e. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão.** Bahia: Typographia de S.S. Francisco, 1922.